



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2018

Pregão Presencial PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº: 133/2017

PROCESSO 17862/2017

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos quatro dias do mês de julho de 2018, o Município de Erechim, por intermédio do Secretário Municipal de Administração, Sr. Valdir Farina, com sede na Praça da Bandeira, 504, Bairro Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 87.613.477/0001-20, e em conformidade com as atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº **01/2017**, de **02/01/2017**.

Nos termos da Lei Federal nº 10.520/02, da Lei Federal nº 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor; do Decreto nº 3.931/01; do Decreto nº 3.555/00; do Decreto nº 5.450/05; do Decreto nº 3.722/01; do Decreto Municipal nº 3.607/11 aplicando-se, subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666/93, e as demais normas legais correlatas.

Em face da desclassificação das propostas ganhadoras apresentadas no **Pregão Presencial** para **REGISTRO DE PREÇOS Nº: 133/2017**, das primeiras colocadas nos **Lote 19 e 23**, conforme Processos 7017/2018, 7018/18 e Aditivos Nº 02/2018 e Nº 03/2018, passa a ser classificada em 1º lugar a empresa **UNETRAL SA**.

Resolve REGISTRAR OS PREÇOS para a eventual contratação dos itens a seguir elencados, conforme especificações do Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante desta, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pela empresa **UNETRAL SA**, inscrita no CNPJ sob o nº **89.422.836/0001-98**, com sede na **Rodovia BR-153**, CEP **99.706-428**, no Município de **Erechim/RS**, neste ato representada pelo(a) Sr(a). **Ricardo Zaffari Grechi**, portador(a) do CPF nº **711.496.350-53**, cuja proposta passa a ser classificada em 1º lugar nos lotes a seguir mencionados.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1.A presente licitação tem por objetivo a Contratação de empresa(s) especializada(s) na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, através de Registro de Preços, com a aplicação e fornecimento de peças genuínas e/ou originais e acessórios para a manutenção da frota de veículos do Município, através de Diversas Secretarias, com recursos ASPS, MDE, PBF, PFMC - MSE e Próprios, conforme especificações do Termo de Referência e quantidades estabelecidas.

1.2. As peças em geral, deverão ser genuínas e/ou originais da marca dos veículos/máquinas citados acima, bem como os serviços deverão atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial. Os serviços especializados são referentes à parte mecânica, eletrônica, funilaria, pintura, eletricidade, bomba e bicos injetores, estofaria, tapeçaria, suspensão, lanternagem em geral. Os serviços deverão ser executados de maneira que mantenham os veículos/máquinas, em condições de perfeito, ininterrupto e regular funcionamento, mediante assistência técnica e serviços de manutenção preventiva e corretiva de defeito e verificações que se fizerem necessárias, efetuando-se conserto e lubrificações, bem como outros serviços recomendados para uma manutenção adequada, pelo período de 12 (doze) meses.



1.3. As quantidades e o prazo de entrega dos materiais e serviços que vierem a ser solicitados serão definidos na respectiva Autorização de Fornecimento (ou instrumento equivalente), que só será emitida dentro do prazo de validade do registro de preço correspondente a um ano contado da data de publicação da ata final.

1.4. Consoante artigo 8º do Decreto Municipal 3.607/2011, neste processo não será permitida a adesão por qualquer órgão ou entidade da Administração.

1.5. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

LOTE	ITEM	QUANTIDADE	PERCENTUAL ou VALOR	DESCRIÇÃO
19	319	1,0000 UN	<u>38%</u>	Peças Ambulância Mercedes Benz A-116 - Modelo Sprinter 2.8 CDI-313 2008 - Chassi 8AC9036628A990004 A-117 - Modelo Sprinter 2.8 CDI-313 2008 Chassi 8AC9036628A989867
19	320	1,0000 H	<u>R\$ 120,00</u>	Serviço Ambulância Mercedes Benz A -116 - serviços de mão de obra, o valor a ser pago pela mesma será de <u>R\$ 120,00</u> por hora trabalhada.
19	321	1,0000 UN	<u>38%</u>	Peças Ambulância Mercedes Benz A-117 - Modelo Sprinter 2.8 CDI-313 2008 - Chassi 8AC9036628A989867
19	322	1,0000 H	<u>R\$ 120,00</u>	Serviço Ambulância Mercedes Benz A -117
19	323	1,0000 UN	<u>38%</u>	Peças para o veículo A-171, MERCEDEZ-BENZ - CDI TCA MIC, ano 2015/2016. Chassi 8AC906635GE114363.
19	324	1,0000 H	<u>R\$ 120,00</u>	Serviços veículo A-171, Sprinter MB CDI TCA MIC, ano 2015/2016. - Serviços de mão de obra, o valor a ser pago pela mesma será de <u>R\$ 120,00</u> por hora trabalhada.
23	369	1,0000 UN	<u>37,50%</u>	Peças Caminhões MERCEDES BENZ C-05 Modelo MB 708E tanque 1987 - Chassi 9BM308325HB752546
23	370	1,0000 H	<u>R\$ 120,00</u>	Serviço Caminhões MERCEDES BENZ C- 05 - serviços de mão de obra, o valor a ser pago pela mesma será de <u>R\$ 120,00</u> por hora trabalhada.
23	371	1,0000 UN	<u>37,50%</u>	Peças Caminhões MERCEDES BENZ C-08 Modelo MB 1113 coletor de lixo 1976 - Chassi 34404112303086
23	372	1,0000 H	<u>R\$ 120,00</u>	Serviço Caminhões MERCEDES BENZ C- 08
23	373	1,0000 UN	<u>37,50%</u>	Peças Caminhões MERCEDES BENZ C-15 Modelo MB 608D munk 1978 - Chassi 30830212379075
23	374	1,0000 H	<u>R\$ 120,00</u>	Serviço Caminhões MERCEDES BENZ C-15
23	375	1,0000 UN	<u>37,50%</u>	Peças Caminhões MERCEDES BENZ C-17 Modelo MB 1113 caçamba 1980 - Chassi 34403212496646
23	376	1,0000 H	<u>R\$ 120,00</u>	Serviço Caminhões MERCEDES BENZ C-17



LOTE	ITEM	QUANTIDADE	PERCENTUAL ou VALOR	DESCRIÇÃO
23	377	1,0000 UN	<u>37,50%</u>	Peças Caminhões MERCEDES BENZ C-18 Modelo MB 1113 caçamba 1980 - Chassi 34403212498663
23	378	1,0000 H	<u>R\$ 120,00</u>	Serviço Caminhões MERCEDES BENZ C- 18
23	379	1,0000 UN	<u>37,50%</u>	Peças Caminhões MERCEDES BENZ C-22 Modelo MB 1513 caçamba 1986 - Chassi 9BM345033GB738949
23	380	1,0000 H	<u>R\$ 120,00</u>	Serviço Caminhões MERCEDES BENZ C- 22
23	381	1,0000 UN	<u>37,50%</u>	Peças Caminhões MERCEDES BENZ C-29 Modelo MB 1513 caçamba 1986 - Chassi 9BM345033GB735229
23	382	1,0000 H	<u>R\$ 120,00</u>	Serviço Caminhões MERCEDES BENZ C- 29
23	383	1,0000 UN	<u>37,50%</u>	Peças Caminhões MERCEDES BENZ C-32 Modelo MB 1113 espag. de asfalto 1984 - Chassi 34404312649153
23	384	1,0000 H	<u>R\$ 120,00</u>	Serviço Caminhões MERCEDES BENZ C-32
23	385	1,0000 UN	<u>37,50%</u>	Peças Caminhões MERCEDES BENZ C-33 Modelo MB 1113 caçamba 1984 - Chassi 34404312657190
23	386	1,0000 H	<u>R\$ 120,00</u>	Serviço Caminhões MERCEDES BENZ C- 33
23	387	1,0000 UN	<u>37,50%</u>	Peças Caminhões MERCEDES BENZ C-34 Modelo MB 1113 tanque de asfalto 1985 - Chassi 34404912669462
23	388	1,0000 H	<u>R\$ 120,00</u>	Serviço Caminhões MERCEDES BENZ C- 34
23	389	1,0000 UN	<u>37,50%</u>	Peças Caminhões MERCEDES BENZ C- 35 Modelo MB 1513 caçamba 1985 - Chassi 34503312677189
23	390	1,0000 H	<u>R\$ 120,00</u>	Serviço Caminhões MERCEDES BENZ C- 35
23	391	1,0000 UN	<u>37,50%</u>	Peças Caminhões MERCEDES BENZ C-36 Modelo MB 1513 caçamba 1985 - Chassi 34503312677347
23	392	1,0000 H	<u>R\$ 120,00</u>	Serviço Caminhões MERCEDES BENZ C- 36
23	393	1,0000 UN	<u>37,50%</u>	Peças Caminhões MERCEDES BENZ C-37 Modelo MB 1113 caçamba 1985 - Chassi 34401312678918
23	394	1,0000 H	<u>R\$ 120,00</u>	Serviço Caminhões MERCEDES BENZ C- 37
23	395	1,0000 UN	<u>37,50%</u>	Peças Caminhões MERCEDES BENZ C-46 Modelo MB 1720A tanque de adubo 2002 - Chassi 9BM6931822B305467



LOTE	ITEM	QUANTIDADE	PERCENTUAL ou VALOR	DESCRIÇÃO
23	396	1,0000 H	<u>R\$ 120,00</u>	Serviço Caminhões MERCEDES BENZ C- 46
23	491	1,0000 UN	<u>37,50%</u>	Peças O03 - MB 1519 ore 03-2014 - chassi 9BM384069EB952860pEÇAS
23	492	1,0000 H	<u>R\$ 120,00</u>	Serviços O03 - MB 1519 ore 03-2014 - chassi 9BM384069EB952860 peças

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de **12 (doze) meses**, a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

3.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3.3. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no Mercado, o órgão gerenciador deverá:

3.3.1. Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.3.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

3.3.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

3.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

3.4.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

3.4.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

3.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

3.6. Havendo qualquer alteração, o órgão gerenciador encaminhará cópia atualizada da Ata de Registro de Preços aos órgãos participantes, se houver.

CLÁUSULA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

4.1. O fornecedor terá o seu registro cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando:



4.1.1. Não cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

4.1.2. Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, ou não assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

4.1.3. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

4.1.4. Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

4.1.5. Não mantiver as condições de habilitação durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

4.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

4.3. Em qualquer das hipóteses acima, o órgão gerenciador comunicará o cancelamento do registro do fornecedor aos órgãos participantes, se houver.

CLÁUSULA QUINTA – DA CONTRATAÇÃO COM OS FORNECEDORES

5.1. A contratação com o fornecedor registrado, de acordo com a necessidade do órgão, será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme disposto no artigo 62 da Lei Federal nº 8.666/93, e obedecidos aos requisitos pertinentes do § 4º, do artigo 3º, do Decreto nº 3.931, de 2001.

5.1.1. As condições de fornecimento constam do Termo de Referência anexo ao Edital e da Ata de Registro de Preços, e poderão ser detalhadas, em cada contratação específica, no respectivo pedido de contratação.

5.1.2. O órgão deverá assegurar-se de que o preço registrado na Ata permanece vantajoso, mediante realização de pesquisa de mercado prévia à contratação (artigo 3º, § 4º, inciso II, do Decreto nº 3.931, de 2001).

5.2. O órgão convocará o fornecedor com preço registrado em Ata para, a cada contratação, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, efetuar a retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ou assinar o Contrato, se for o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.

5.2.1. Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração.

5.3. A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

5.3.1. As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

5.4. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto do contrato, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato.

5.5. A Contratada deverá manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.6. Durante a vigência da contratação, a fiscalização será exercida por um representante do Contratante, ao qual competirá registrar em relatório todas as ocorrências e as deficiências verificadas e dirimir as



dúvidas que surgirem no curso da execução contratual, de tudo dando ciência à Administração.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

6.1. Cada contrato firmado com o fornecedor terá vigência de acordo com as disposições definidas na minuta de contrato ou instrumento equivalente, ou, na omissão deste, pelo prazo de **12 (doze) meses**, a partir da data da assinatura ou retirada do instrumento, nos termos do artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO

7.1. Durante a vigência de cada contratação, os preços são fixos e irrevogáveis.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DA CONTRATADA

8.1. A Contratada obriga-se a:

8.1.1. Efetuar a entrega/serviços em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente os serviços.

8.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.1.3. O dever previsto no subitem anterior implica obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo fixado no Termo de Referência, o produto com avarias ou defeitos;

8.1.4. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

8.1.5. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.1.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.1.7. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

8.1.8. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

8.2. O Contratante obriga-se a:

8.2.1. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

8.2.2. Efetuar o pagamento no prazo previsto.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO



9.1. O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após a **aceitação dos serviços e peças**, mediante apresentação de nota fiscal, desde que assinado o instrumento contratual.

9.2. Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

9.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o Contratante.

9.4. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.4.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9.5. O Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO CONTROLE DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

10.1. A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

10.1.1. O representante do Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.

10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do fornecedor, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material/equipamentos inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei Federal nº 8.666/93.

10.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A aplicação de penalidades à licitante vencedora reger-se-á conforme o estabelecido na Seção II do Capítulo IV – Das Sanções Administrativas da Lei Federal nº 8.666/93 e conforme o art. 24 do Decreto Municipal nº 3.018/05.

11.1. Caso a empresa vencedora se recuse a prestar o serviço conforme contratado, sem motivo justificado, ficará caracterizado o descumprimento total da obrigação assumida, sendo-lhe aplicada, isolada ou cumulativamente:

a) advertência, por escrito:



b) multa sobre o valor global da contratação:

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.1.1. Caso a CONTRATADA não possa cumprir os prazos estipulados, deverá apresentar justificativa por escrito, até o vencimento do prazo de entrega do objeto, ficando a critério do CONTRATANTE a sua aceitação.

11.1.2. Se a fiscalização identificar irregularidades ou desconformidades passíveis de saneamento, notificará a Contratada para, em prazo determinado, proceder às correções necessárias. Se, findo o prazo estabelecido pela fiscalização, as irregularidades não forem sanadas, será considerado a inadimplência contratual.

11.1.3. A partir dessa data, considerar-se-á recusa, sendo-lhe aplicada as sanções de que trata o subitem 11.1, sem prejuízo da aplicação do contido no subitem 11.2.

11.1.4. A sanção de advertência será aplicada, por escrito, caso a inadimplência ou irregularidade cometida pela CONTRATADA acarrete consequências de pequena monta.

11.1.5. Pela inexecução total da obrigação, o CONTRATANTE rescindir o contrato, podendo aplicar multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato.

11.1.6. Em caso de inexecução parcial da obrigação, poderá ser aplicado o percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor global do contrato.

11.1.7. No caso de reincidência, ou em situações que causem significativos transtornos, danos ou prejuízos à Administração, será aplicado ao licitante que apresentar documentação falsa ou deixar de entregar documentação exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver proposta, não celebrar o contrato ou instrumento equivalente, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantida a prévia defesa, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato, e das demais cominações legais.

11.1.8. Caracterizada situação grave, que evidencie dolo ou má-fé, será aplicada ao licitante a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

11.2. As multas devidas e/ou prejuízos causados às instalações da Contratante, pela Contratada serão deduzidos dos valores a serem pagos, recolhidos em conta específica em favor da Contratante, ou cobrados judicialmente.

11.3. Se a CONTRATADA não tiver valores a receber do CONTRATANTE, terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a notificação oficial, para recolhimento da multa na forma estabelecida no subitem anterior.

11.4. A aplicação de multas, bem como a rescisão do contrato, não impedem que o CONTRATANTE aplique à CONTRATADA as demais sanções previstas no subitem 11.1.

11.5. A aplicação de quaisquer das sanções relacionadas neste instrumento contratual será precedida de processo administrativo, mediante o qual se garantirão a ampla defesa e o contraditório.



11.6. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02, do Decreto nº 3.555/00 e do Decreto Municipal nº 3.607/11, a licitante/Adjudicatária que, no decorrer da licitação:

11.6.1. Não assinar a Ata de Registro de Preços, não retirar a nota de empenho, ou não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta ou da Ata de Registro de Preços;

11.6.2. Apresentar documentação falsa;

11.6.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

11.6.4. Não manter a sua proposta dentro do prazo de validade;

11.6.5. Comportar-se de modo inidôneo;

11.6.6. Cometer fraude fiscal;

11.6.7. Fizer declaração falsa;

11.6.8. Ensejar o retardamento da execução do certame.

11.6.9. Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital, na Ata de Registro de Preços ou no Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Será anexada a esta Ata cópia do Termo de Referência.

12.2. Integram esta Ata, independentemente de transcrição, o Edital e Anexos do **Pregão Presencial** para **REGISTRO DE PREÇOS Nº: 133/2017** e a proposta da empresa.

12.3. Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 5.450, de 2005, do Decreto nº 3.555, de 2000, do Decreto nº 3.931, de 2001, da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, do Decreto nº 3.722, de 2001, da Lei Complementar nº 123, de 2006, e da Lei nº 8.666, de 1993, subsidiariamente.

12.4. O foro para dirimir questões relativas à presente Ata será o da Comarca de Erechim, com exclusão de qualquer outro.

Erechim, 04 de julho de 2018.

VALDIR FARINA
Secretário Municipal de Administração

Ricardo Zaffari Grechi
UNETRAL SA